

# CARIDADE, DEVOÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AOS POBRES: O HOSPITAL DE SÃO JOÃO DE DEUS DA VILA DA CACHOEIRA (1734-1770)<sup>1</sup>

## CHARITY, DEVOTION AND HOSPITAL ASSISTANCE TO THE POOR: SÃO JOÃO DE DEUS HOSPITAL OF VILA DA CACHOEIRA (1734-1770)

Tânia Maria Pinto de SANTANA\*

**Resumo:** Neste texto analisamos a relação entre assistência, pobreza e caridade na vila portuária da Cachoeira, capitania da Bahia, no século XVIII, através do estudo do Hospital de São João de Deus. Propomos acompanhar a trajetória do hospital, desde a sua criação por frades franciscanos, no convento às margens do Rio Paraguaçu, até a sua transferência para a vila em meados do século, por iniciativa de um senhor de engenho da região, e a sua posterior doação para a Ordem de São João de Deus. As fontes prioritárias desta pesquisa foram os documentos, preservados em arquivos ultramarinos, relativos à administração do hospital, bem como os testamentos dos moradores da região, e obras de natureza teológica que versam sobre a caridade.

**Palavras-chaves:** Colônia; Bahia; Recôncavo; Hospital; Caridade

**Abstract:** In this text, we analyze the relationship between assistance, poverty and charity in the port town of Cachoeira, captaincy of Bahia, in the eighteenth century, through the study of the São João de Deus Hospital. We propose to follow the trajectory of the hospital, since its creation by Franciscan friars, in the convent on the banks of the Paraguaçu River, until its transfer to the village in the middle of the century, on the initiative of the region's lord of the mill, and his later donation to the Order of São João de Deus. The priority sources of this research were the documents, preserved in overseas archives, related to the administration of the hospital, as well as the wills of the residents of the region, and works of a theological nature addressing to charity.

**Keywords:** Colony; Bahia; Recôncavo; Hospital; Charity

A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira era um importante entreposto do comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadeiros vindos do sertão passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Seu porto mantinha-se em intensa atividade. Navios e barcos atracados no rio Paraguaçu recebiam cargas de açúcar, fumo, algodão, couro e ouro vindo de regiões mais distantes. Ali também descarregavam mercadorias vindas da Europa, como tecidos, ferramentas e outras manufaturas que os comerciantes da vila enviavam para o interior da região (BARICKMAN, 2003, p. 102).

---

\* Doutora em História – Universidade Federal da Bahia. Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: tmpsantana@gmail.com.

A proximidade de Salvador, o mais importante centro do comércio colonial até o século XVIII – ponto de convergência e irradiação de rotas marítimas e terrestres do Atlântico Sul e sede do poder político na colônia até meados deste século - ampliou, ainda mais, o prestígio de Cachoeira.

A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira pertencia à região denominada como Recôncavo, que estava situada ao redor da Baía de Todos os Santos, um grande braço de mar que adentra a linha costeira tropical, formando uma baía de cerca de oitenta quilômetros de comprimento (SCHWARTZ, 1988, p. 77). Três tipos de lavouras se desenvolviam nas freguesias vinculadas à vila: cana – destinada à produção do açúcar em seus engenhos –, fumo e mandioca. Em todo o recôncavo, o trabalho escravo – de grupos indígenas e principalmente de africanos e seus descendentes – foi maciçamente explorado pelos portugueses e seus descendentes (BARICKMAN, 2003, p. 38). Na segunda metade do século XVIII a expansão do comércio de exportação do fumo favoreceu o desenvolvimento econômico da vila. Ali se produzia e embarcava o tabaco exportado para a Europa, especialmente Gibraltar, Lisboa, Porto, Marselha, Hamburgo e Liverpool e, principalmente, para costa da África (REGINALDO, 2005, p. 66).

Um mapa demográfico da população da vila da Cachoeira, realizado em 1775, informa que o seu centro urbano tinha 986 casas e 5.814 almas.<sup>2</sup> Um dos maiores problemas enfrentados por esta população era o acesso à assistência para a cura de suas doenças. O vice-rei, Conde dos Arcos, remeteu, em 1757, informações sobre as condições da assistência prestada aos enfermos na vila de Cachoeira, fornecida por um número considerável de boticários e cirurgiões, muitos deles sem licença para exercer estas profissões:

Na Villa da Cachoeira ha actualmente tres ou quatro cyrurgiões com outras tantas boticas, que todas não compõem huma q preste e os mesmos cyrurgiões não o são de profissão, nem Boticários: em S. Pedro da Moritiba, que dista meya legoa da Cachoeira há quase outras tantas boticas, senão peores, da mesma cathegoria; e por q a utilidade destes chamados Boticários consiste na mayor sahida dos medicamentos como cada hum só receita para a sua Botica; attende mais a utilidade, q lhe resulta do mayor consumo dos seos remedios, do q. a dos enfermos, a quem os applicão, pagando-se-lhes a seu arbítrio, e pondo-os na precizão de lhe não poderem disputar os preços.<sup>3</sup>

Segundo o conde, o que se verificava na vila e região circunvizinha era um importante comércio de consultas e remédios, com certeza o principal meio de cura de enfermos na

área, juntamente com tratamentos proporcionados pelas rezadeiras e curandeiros. Não temos dados para aferir a quantidade de pobres existentes na vila. Mas, é certo que, juntamente com os escravos, compuseram uma parcela significativa desta população e a que mais foi afetada por estes problemas.

A assistência institucional, aos enfermos leigos no Império Português, foi prestada, prioritariamente, pelas Santas Casas da Misericórdia, que eram administradas por irmandades da Misericórdia, cujos membros pertenciam às elites locais. Fundadas num contexto de reorganização da prática assistencial portuguesa, ocorrida nos finais do século XV até o século XVI, a Santa Casa da Misericórdia foi a principal instituição promotora de um modelo de assistência em que “a caridade se constituía em moldes privados, segundo valores religiosos”, sob o patrocínio do poder régio (SÁ, 2000, p. 147). Este modelo expandiu-se para todos os espaços do reino e ultramar. Em torno desta instituição ocorreu a centralização da prática da assistência portuguesa e a primeira em Lisboa, foi criada em 1498, sob a proteção régia. Santas Casas da Misericórdia foram fundadas em várias vilas da América Portuguesa desempenhando aqui papel igualmente importante. Segundo Isabel Sá, também “respondiam às necessidades de uma monarquia em afirmação, que ultrapassava rapidamente as fronteiras peninsulares [...]” (SÁ, 1997, p. 49). A assistência hospitalar destinada às populações carentes foi uma, dentre as várias funções assistenciais, assumidas por estas instituições. O Hospital da Santa Casa da Misericórdia da cidade da Bahia, por exemplo, fundado no século XVI, desempenhou uma importante função na assistência aos pobres da capital (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 205-231; SÁ, 1997, p. 232-242).

Instituições destinadas à assistência aos pobres, como as Santas Casas da Misericórdia, foram financiadas, no período moderno, prioritariamente, por esmolas e legados testamentários. Segundo Manuel Hespanha o caráter obrigatório da caridade e da misericórdia foi reforçado pela teologia cristã, pois a colocou no centro das virtudes, tornando a esmola para os pobres um dever crucial para os cristãos, ao associá-la ao projeto de salvação de suas almas (HESPANHA, 2010, p. 236). Ao distribuir esmolas os católicos provavelmente recorriam a elas como meio de diminuir o tempo de purgação dos seus pecados. A relação entre a salvação da alma e a prática das boas obras pode ser compreendida a partir da doutrina da justificação proposta pela Igreja. Das discussões mantidas durante o Concílio de Trento resultou um decreto e cânones sobre a justificação.<sup>4</sup> Neles a Igreja reafirmava a crença, comum a todos os cristãos, de que a

justificação da alma do homem pecador era proveniente dos méritos da paixão de Cristo e de que, ao ser justificado, o homem recebia, além da remissão dos seus pecados, os dons divinos da fé, esperança e caridade. A prática das boas obras seria a ação que identificaria o homem justificado, tendo em vista que a fé, que traria a vida eterna, não poderia ser garantida sem a esperança e a caridade, observadas através das obras praticadas pelos homens (DENZINGER|, 2007, p. 401-402). A prática das boas obras não justificava o homem, mas seria o sinal de que este havia sido justificado. Tais ações desempenhariam papel importante no julgamento final das suas almas (LE GOFF, 1995).

Os testamentos dos moradores da vila, redigidos ao longo do século XVIII, registram a prática da destinação de esmolas e legados a pobres e a instituições de caridade (SANTANA, 2016, p. 35). O Hospital de São João de Deus da vila de Cachoeira foi alvo de algumas destas doações. Ele funcionou, com inúmeras dificuldades e limitações, ao longo do século XVIII, sendo transformado em Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que foi criada em 1826, por decreto do Imperador do Brasil, D. Pedro I. Os registros da origem colonial do hospital permanecem ainda visíveis, mas pouco perceptíveis no espaço do atual hospital da Santa Casa da Misericórdia de Cachoeira, porque se encontram sobrepujados pela identificação com as misericórdias, que aqui atuaram em maior número. Nossa intenção é refletir sobre este passado pouco lembrado, mas não menos importante, tendo em vista que, ao apresentá-lo, estaremos remetendo a própria história da vila e dos sujeitos que nela habitaram no século XVIII, pois foi desta forma que estes conheceram e interagiram com este espaço. Não há dúvida de que a identificação deste espaço com a prática da caridade se fez a partir da ação do seu fundador, assim como dos religiosos hospitaleiros, que o auxiliaram posteriormente, abrindo caminho para a sua transformação posterior em Santa Casa. É este contexto de origem e construção desta identidade que pretendemos aqui discutir.

#### *Antônio Machado e a fundação de um hospital destinado aos pobres de Cachoeira*

O Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira foi fundado, por iniciativa de um senhor de engenho da região, em 1734, e destinado aos pobres da região.<sup>5</sup> A respeito do hospital, e da ação de religiosos que nele atuavam, o Chanceler da Relação da Bahia, José Carvalho de Andrade, escreveu em 1761, que seus serviços “são úteis aos pobres doentes dezamparados; da vila ou de fora ou passageiros por ser a vila de

Cachoeira hum porto donde vem parar todos os viajeiros das Minas e outras villas”.<sup>6</sup> O Hospital de São João de Deus da Vila da Cachoeira, na Bahia, não foi inicialmente fundado na vila. Funcionava no Convento de Santo Antônio, fundado por franciscanos as margens do Rio Paraguaçu. A sua transferência ocorreu por iniciativa de Antônio Machado Velho, o senhor de engenho referido acima. Ele não apenas providenciou a sua transferência, financiando a sua construção e manutenção, como fez a doação do hospital para uma ordem religiosa portuguesa, na qual ingressou, tornando-se um religioso regular. Antônio Machado teve influência decisiva na trajetória do hospital, estabelecendo com esta instituição vínculos que perduraram até a sua morte.

Através de um ofício do Chanceler da Relação José Carvalho de Andrade, datado de 20 de setembro de 1761, enviado ao Ministro do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, temos algumas informações a respeito da origem do hospital – no Convento Franciscano de Santo Antônio -, num sítio às margens do rio Paraguaçu, distante quatro léguas da vila de Cachoeira.<sup>7</sup> Segundo ele o hospital foi edificado “[...] pelo zelo e deligencia de Fr. Bernardo da Conceycão religioso leigo da Provincia de S. Antonio, tendo sido director, enfermeiro e cirurgião do dito hospital intitulado Nossa Senhora de Belem de Paraguassú”.<sup>8</sup> O hospital foi construído com “esmolas dos fieis”, recolhidas entre a comunidade do recôncavo. Segundo Frei Jaboatão os serviços deste hospital seriam destinados às pessoas que vivessem na região, sendo gratuito para os que não pudessem pagar – pobres e necessitados –, mas pagariam por ele aqueles que tivessem recursos para assumir as despesas. Também prestava atendimento aos religiosos do convento, que não dispunha de enfermaria particular, aos religiosos de outros conventos franciscanos ou não. Além dos serviços médicos, outro serviço gratuito disponibilizado no hospital aos mais necessitados era o da botica: “[...] que sem dispendio do Convento, e com as esmollas dos Fieis devotos se havia ordenado, dando-se a todos tambem de esmolla, e por charidade” (JABOATÃO, 1858, p. 548). O pequeno hospital do Paraguaçu funcionou, sob administração do Frei Bernardo, até 1726, quando ele foi arbitrariamente afastado de suas funções – usando as palavras de Jaboatão – pelo superior do convento, vindo a falecer no ano seguinte. Segundo Jaboatão, o hospital foi transferido para a vila de Cachoeira, atribuindo este fato à morte de Frei Bernardo, e à inexistência, na região, de médico, cirurgião ou religioso com conhecimento da medicina que pudesse dar continuidade aos seus trabalhos (JABOATÃO, 1858, p. 549).

Em ofício dirigido ao Ministro do Ultramar, já mencionado acima, o Chanceler da Relação, José Carvalho de Andrade, traz mais informações sobre as circunstâncias da transferência do hospital para a vila de Cachoeira. Segundo ele muitos leigos tornaram-se mantenedores do hospital quando os franciscanos o fundaram em seu convento as margens do rio Paraguaçu. Antônio Machado Velho foi um dos destes mantenedores. Ele doou ao hospital toda a sua terça, com a cláusula de que os franciscanos não administrassem os bens doados, e que, se por algum acontecimento, o hospital não recolhesse pobres ou se extinguisse, a metade dos seus bens seria destinada para a Casa de Jerusalém e a outra metade para a Casa dos Órfãos Brancos, a 200\$000 réis cada uma, reservando 400\$000 para testar.<sup>9</sup> Coube a este leigo a iniciativa da transferência do hospital para a vila. Ele havia ocupado o lugar de administrador do hospital a partir de 1728, ano em que o demoliu, mudando-o para a vila “com todos os moveis, ornamentos, botica, roupas, escravos e ainda o material de pedra, tijolo, telha, caliças madeyras, portas [...]”. Talvez o arbitrário afastamento de Frei Bernardo da Conceição da direção do hospital, anos antes, tenha desencadeado esta reação de Antônio Machado, motivando a sua decisão de transferir o hospital e tirá-lo da custódia dos franciscanos.

A trajetória de Antônio Machado Velho foi marcada pelo abandono da vida secular e dedicação à vida religiosa e ao exercício da caridade. Ele nasceu na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, no atual município de São Francisco do Conde, em 1691. Seu avô, Gaspar de Faria Bulcão, que construiu a capela do Engenho São José, na Fazenda Água Boa, onde ele foi batizado, chegou a Bahia entre 1600 e 1655, e tornou-se por compra e dote de sua mulher, proprietário de vasta extensão territorial nesta freguesia. Seu pai, Baltazar da Costa Bulcão, foi Capitão das Ordenanças, irmão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e senhor de vários engenhos de açúcar na região. A profusão de missas e pedidos de sufrágios, além das esmolas deixadas para altares de santos e irmandades, feitos no testamento de Baltazar Bulcão, denotam a vivência religiosa nesta família.<sup>10</sup> Baltazar da Costa Bulcão teve quatro filhos: os dois primeiros – José da Costa Bulcão e Antônio Machado Velho – se tornaram senhores de engenhos, e os dois últimos – Gaspar de Faria Bulcão e Matias Machado de Mendonça –, clérigos seculares (BULCÃO SOBRINHO, 1945, p. 61-62). Provavelmente o projeto familiar para Antônio Machado e seu irmão mais velho fosse ampliar as alianças familiares, através do matrimônio, cabendo aos demais dedicarem-se à vida religiosa. Antônio Machado e José da Costa casaram-se com as filhas de Francisco de Araújo de Aragão,

Alcaide-mór da cidade da Bahia no período entre 1687 e 1705. Francisco de Aragão nasceu em Cachoeira e era proprietário de vários engenhos no Paraguaçu, entre eles o Engenho Novo, na Freguesia de São Bartolomeu de Maragogipe e de várias sesmarias na capital. José da Costa Bulcão casou-se, em fevereiro de 1720, com Maria de Souza de Aragão, enquanto Antônio Machado casou-se com a irmã dela, Ana de Souza de Aragão, consolidando os vínculos entre as duas famílias. José Bulcão herdou o engenho de propriedade da família, na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Recôncavo, deixando-o como herança para o seu filho Baltazar da Costa Bulcão. Antônio Machado tornou-se proprietário do Engenho Gohiba, na vila de São Francisco.<sup>11</sup>

Entre os anos de 1728 e 1734, Antônio Machado não apenas providenciou a transferência do hospital para a vila, como os recursos para construí-lo e mantê-lo, e para isso recebeu o apoio das elites locais.<sup>12</sup> Em suas anotações à obra *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, de Ignácio Accioli, Braz do Amaral informa que o Capitão João Rodrigues Adorno e sua mulher D. Úrsula de Azevedo fizeram doação a Antônio Machado, por escritura pública, datada de sete de abril de 1729, de sessenta braças de terra, à margem esquerda do Riacho Pitanga, no lugar de Nossa Senhora de Belém, para a fundação deste hospital (SILVA, 1969, p. 514). Este é o mesmo casal que fez a doação das terras onde se edificou o Convento Carmelita na vila de Cachoeira, em 14 de abril de 1688 e, em 24 de outubro de 1700, a doação de uma casa térrea e do terreno necessário para a construção da igreja e do consistório da Ordem Terceira do Carmo da vila (CALDERON, 1976, p. 11 e 39). As famílias Rodrigues e Adorno foram povoadoras desta região e detentoras de grande parte de suas terras o que lhes permitiu ocupar os cargos mais destacados na sociedade, assim como fazer a doação das terras destinadas às principais instituições e igrejas da vila. Para a construção e manutenção do hospital na vila foram utilizados os rendimentos da fazenda de cana que se comprou com a doação do Capitão Manoel Alvarez Barjão, num total de 90\$000 réis, assim como os rendimentos dos 3:200\$000 réis doados pelo próprio Antônio Machado. Este revogou sua primeira doação fazendo outra com a condição de que havendo qualquer litígio, que implicasse a extinção do hospital, ele revogaria a doação ficando tudo para seus herdeiros.<sup>13</sup> Luís dos Santos Vilhena data o início do funcionamento do hospital no ano de 1734 (VILHENA, 1969, p. 470). Neste mesmo ano, Antônio Machado Velho teria feito uma nova doação ao hospital, através de escritura pública, datada de 16 de março, que consistiu no total de 8.000 cruzados, além de quatro escravos “para o serviço das enfermarias”. O hospital

também recebeu, naquele ano, uma doação feita pelo Reverendo Dr. Thomas e Manoel de Luna Pereira de uma escritura de débito, no valor de 1:600\$000 réis (MILTON, 1979, p. 112).

Não localizamos documentos com a descrição do espaço do hospital para o período da sua construção. Uma descrição aparece, entretanto, num inventário dos seus bens, realizado em 1778, quando já se encontrava na posse de uma ordem religiosa.<sup>14</sup> Segundo este inventário o hospital possuía uma igreja com uma sacristia anexa e comunicação para o exterior, um salão e uma cela, uma enfermaria com seis camas de madeira e cinco bancos pequenos para os enfermos, outra cela com seis cadeiras -, um refeitório e uma cozinha.<sup>15</sup> Um documento, datado de 1781, também remete à existência de uma horta anexa ao prédio do hospital.<sup>16</sup> Além do hospital, Antônio Machado construiu “nove moradas de cazas térreas fabricadas de adobe”. Segundo o Conde dos Arcos “estas taes cazas fabricou o doador em terras do mesmo Hospital e contiguas a ele”.<sup>17</sup> Em 1757, estas casas estavam alugadas e geravam rendimentos para o hospital.

Não temos mais notícias sobre Antônio Machado e seu hospital nos anos que se seguiram. O ano de 1754, porém, foi marcado por mudanças significativas em sua trajetória. Numa procuração, datada de 20 de fevereiro daquele ano, o Provincial Geral da Ordem de São João de Deus, residente no Convento de Lisboa, Frei Bartolomeu da Conceição, informava que havia sido procurado por Antônio Machado, que manifestou o desejo de doar para os hospitaleiros o hospital que mantinha na Vila de Cachoeira, assim como de ingressar na ordem.<sup>18</sup> Naquela ocasião o patrimônio do hospital ainda era composto dos 10.000<sup>19</sup> cruzados e dos quatro escravos doados por Antônio Machado, que ainda pretendia doar mais 2.000 cruzados para obras que desejava realizar no mesmo.<sup>20</sup> O provincial geral da ordem se comprometeu a receber a doação se fossem cumpridas as seguintes condições: que o mesmo ficasse próprio da ordem e debaixo apenas da proteção do rei; que a doação incluísse os 14.000 cruzados,<sup>21</sup> escravos e demais bens móveis e de raiz pertencentes ao hospital; que a doação fosse irrevogável; que, tomando o hábito da ordem, Antônio Machado administrasse o patrimônio do hospital, mas sob a direção e obediência do seu prelado.

A Ordem de São João de Deus encaminhou Frei João de São Thomaz para Cachoeira, como seu procurador, para assinar a escritura pública de doação, assim como para tomar posse do hospital.<sup>22</sup> A escritura foi assinada em 17 de junho de 1754.<sup>23</sup> Entretanto a condição imposta pela ordem, referente à jurisdição a qual o hospital seria



subordinado, foi questionada pela coroa portuguesa, que impôs algumas condições para autorizar a doação. Em uma carta, datada de oito de março de 1755, o Secretário de Estado informava que, em 02 de fevereiro daquele ano, manteve contato com o Visitador Geral da Ordem de São João de Deus e lhe informou que a doação só se concretizaria se os religiosos aceitassem viver, na Bahia, na conformidade da sua regra e estatutos, mas como não tinham Prelado maior no Brasil, estariam sujeitos no espiritual ao Arcebispo da Bahia “para conhecer se elles satisfazem o que devem e para ter contra elles, no caso de falta ou de culpa, o procedimento que por direito lhe fôr permitido”. O hospital ficaria sujeito as justças seculares no que tocasse ao temporal, a administração ou destruição dos seus bens. Caberia ao Ouvidor da Comarca da Bahia, a visitação e o exame da administração do hospital, devendo informar ao rei a existência de quaisquer irregularidades. Além disto, os hospitaleiros poderiam manter somente cinco religiosos no hospital, e após a morte do fundador apenas quatro – um para prelado e os demais para os ministérios. Em carta, datada de 20 de março de 1755, redigida pelo Secretário de Estado dos negócios ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte Real, informa que, tendo em vista o Visitador Geral da Ordem de São João de Deus concordar com as condições impostas pela coroa, foi concedida a licença para assistirem no hospital quatro religiosos. Estes religiosos só deveriam embarcar após receberem passaporte expedido pelo Secretário de Estado e que havendo algum que não cumprisse esta solenidade seria mandado embarcar pelo Arcebispo da Bahia.<sup>24</sup>

As medidas tomadas pela coroa, relativas a doação do Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira, parecem enquadrar-se numa política de intervenção, adotada a partir de 1750, em relação às instituições de assistência, cujo objetivo era o reforço da sua ação assistencial, em detrimento das demais funções por elas desempenhadas. Esta política visava o controle, a garantia de suporte financeiro e a reorientação das práticas destas instituições, e atingiu não apenas os hospitais do Império Português, como também as Santas Casas da Misericórdia nele existentes (LOPES, 2008, p. 131-176). Um termo, assinado em 21 de março de 1755 – após a leitura da carta do Secretário de Estado –, no convento em Lisboa, pelo Provincial e Definitório da Ordem dos Hospitaleiros selou definitivamente a doação do hospital de Cachoeira.<sup>25</sup> As misericórdias e hospitais portugueses estavam sob imediata proteção régia. Até meados do século XVIII, esta tutela régia foi pouco interviente, mas a ação pombalina mudou este relacionamento. As duras medidas intervencionistas que passaram a ser adotadas, chegaram a resultar no

afastamento dos responsáveis pela administração destas instituições assistenciais. Os Cônegos de São João Evangelista (ou Lóios), que administravam o Hospital Real de Coimbra, desde 1530, foram afastados desta função em 1769, devido as inúmeras acusações de infrações, sendo nela mantidos para assegurar os serviços. A administração passou a ser exercida pelo provedor da comarca. Em 1772 os Lóios foram expulsos do hospital, que teve seus bens e rendas confiscados e entregues à Junta da Fazenda da Universidade, que passou a administrá-lo. Em 1775, os Lóios também foram dispensados, pelo Marquês de Pombal, da administração do Hospital de Caldas da Rainha. O ministro nomeou uma administração composta de sete funcionários superiores, tutelada pela Secretaria de Negócios do Reino. Obrigou a nova administração a distratar todo o dinheiro emprestado, aplicando-o em Padrões de Juros Real, e interdito a repartição de esmolas à frente do hospital, doravante destinado apenas a assistência aos enfermos dentro do hospital (LOPES, 2008, p. 131-176).

Em Cachoeira, Antônio Machado ingressou na Ordem de São João de Deus e passou a chamar-se Frei Antônio de Nossa Senhora de Belém, e o hospital recebeu o nome de São João de Deus. O que o teria motivado à decisão de doar o hospital para os hospitaleiros? A doação do hospital a uma ordem religiosa não foi um gesto isolado na América Portuguesa. Em 1787, Antônio de Abreu Guimarães, homem de negócios, destinou parte da sua fortuna à criação de um hospital para a cura do mal de São Lázaro, em Sabará, nas Minas Gerais, assim como para a criação de outras instituições de caridade. Mas, ao contrário de manter a tradição portuguesa de destinar a administração desta instituição de assistência a uma Santa Casa da Misericórdia, ele propôs que os oratorianos o administrassem. Do mesmo modo que fez com o Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira, a coroa aceitou a proposta impondo que tais instituições ficassem submetidas ao ordinário. A despeito desta aprovação, o valor destinado à criação do hospital foi repassado a Ordem Terceira do Carmo, que o administrou até a criação de uma Santa Casa da Misericórdia, que o assumiu em 1834 (FRANCO, 2011, p. 90-91). Uma diferença fundamental entre Antônio Machado e Antônio de Abreu é que este último não tinha nenhum interesse em transformar o seu ideal caritativo em vocação religiosa, apenas fez a doação, talvez preocupado com a salvação da sua alma.

A figura de Antônio Machado foi mencionada em inúmeros documentos que remetem ao Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira, mesmo os escritos décadas depois destes acontecimentos. Segundo o Chanceler da Relação, José Carvalho

de Andrade, o fundador manteve-se, na condição de hospitaleiro, ocupado “em servir os enfermos com muita caridade e a pedir esmolas na villa e no porto de São Felix [...]” para o hospital. Informa também que ele “he muito útil naquelle hospital pela sua caridade verificada com a doação de seus bens que chegou a dez mil cruzados, que ele não administra vivendo sujeito a seu prelado”.<sup>26</sup> Ao que parece a administração dos bens do hospital ficou ao encargo do Fr. João de São Thomaz, que ocupou os cargos de prior e diretor até o seu falecimento, em dezembro de 1769 (MILTON, 1979, p. 292). Se, em relação aos franciscanos, a desconfiança foi tal que Antônio Machado proibiu que administrassem qualquer parte dos bens doados, em relação aos hospitaleiros ele não apenas ingressou na ordem como absteve-se de administrar o patrimônio do hospital que ele mesmo fundou – contrariando a proposta inicial do Provincial da Ordem, de que ele fosse o administrador –, dedicando-se exclusivamente à caridade, segundo os relatos sobre ele.

#### *A Ordem de São João de Deus em Cachoeira*

A opção de Antônio Machado pelos hospitaleiros, em detrimento dos franciscanos, não deve causar surpresa. A Ordem de São João de Deus já era conhecida no reino português e o seu prestígio, mantido por dois séculos de ação mais intensa neste território, pode ser atribuída não apenas à origem portuguesa do seu fundador como ao número de hospitais por ela administrados, inclusive os hospitais militares, que lhes foram confiados pela Coroa portuguesa, em sua maioria no reino. Por certo a fama desta ordem logo chegou ao recôncavo baiano, impressionando o devoto Antônio Machado Velho, assim como ocorreu em Recife onde, na década de 1680, um casal de leigos, o Coronel João de Souza e sua esposa Inês Barreto, fundou um hospital ao qual deram o nome de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus (FRANCO, 2011, p. 84). Também em São João del Rei um hospital foi fundado, em 1783, por iniciativa de um ermitão chamado Manoel de Jesus Fortes, cuja capela fora construída sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, São João de Deus e das benditas almas do Purgatório (FRANCO, 2011, p. 89).

A Ordem Hospitaleira de São João de Deus originou-se na Espanha, no século XVI. João de Deus, português, nascido em Montemor-o-Novo, viveu na cidade de Granada, onde fundou um hospital antes de morrer. Precisamos inserir a origem desta

ordem religiosa no contexto das reformas produzidas a partir do Concílio de Trento, que impulsionaram a prática da caridade ao reafirmar a doutrina da salvação a partir da fé e das obras, em oposição ao movimento protestante, que contestava a relevância das obras neste processo. Em decorrência disto verificou-se a reforma das antigas ordens religiosas, o surgimento de novas e também uma maior participação dos leigos em várias esferas da vida religiosa, através da fundação de novas confrarias e irmandades, como as Irmandades da Misericórdia aqui já mencionadas. O ideal caritativo esteve fortemente calcado “nas premissas tridentinas, na valorização da pobreza e da misericórdia como formas de ascese dos leigos” (FRANCO, 2011, p. 89).

Em Portugal, os hospitaleiros atuaram sob as diretrizes do Estatuto da Ordem, ali iniciando suas atividades em 1625. Com a guerra da Restauração, iniciada em 1640, suscitou-se a criação de hospitais militares por todo o reino e, em 4 de maio de 1645, por diploma régio, a ordem se tornou a responsável pela administração destes, o que, segundo João Inglês Fontes, permitiu a sua rápida expansão pelo território português. Além de administrar os hospitais militares, os Hospitaleiros se tornaram responsáveis pela administração de antigos hospitais, que anteriormente estavam sob os cuidados de outras instituições, como foi o caso do Hospital de Santo André, em Montemor-o-Novo – administrado pela Santa Casa da Misericórdia –, que passou para a ordem em 1677 (FONTES, 2006, p. 75). A Província Portuguesa foi criada em 1671, dedicada ao fundador, e reconhecida em um Capítulo Geral, celebrado em Madri no mesmo ano (FONTES, 2006, p. 75). Os irmãos de São João de Deus também atuaram no ultramar português. Eles foram responsáveis por hospitais gerais destinados aos pobres em outras partes do império (BUENO, 1963, p. 96-97). Estes acompanharam os tripulantes de naus que se dirigiram, ao longo do século XVII, a diferentes partes do império português, fundando hospitais e comunidades na Índia – Goa, Baçaim, Diu e Damão –, em Moçambique, no Extremo Oriente, e assistindo soldados em diferentes regiões, como no Brasil, durante as invasões holandesas (FONTES, 2006, p. 75).

A execução dos trabalhos nos hospitais em que a ordem atuou seguia um padrão: organizava-se uma equipe que deveria atuar dentro de um hospital. A equipe residente contava normalmente com o número de quatro (para os hospitais menores) a seis irmãos. Estes eram designados para exercer as seguintes funções: administrador, capelão, pedinte e enfermeiro. No Hospital de São João de Deus da vila de Cachoeira formou-se uma equipe composta por Antônio Machado, e mais três religiosos, vindos do convento da

ordem, em Lisboa: Fr. João de São Thomaz, já aqui mencionado; Fr. Izidorio José do Rosário, sacerdote em dizer missa e administrar os sacramentos aos enfermos e Fr. José de Sant'Anna, responsável pelo recolhimento das esmoladas no recôncavo.<sup>27</sup> Outro irmão teria vindo para atuar na botica. Ele retornou para Portugal para se tratar de uma doença, e também, porque não foi possível estabelecer no hospital uma farmácia devido à falta de medicamentos.<sup>28</sup> Compunham a equipe, além dos religiosos, três donatos e 5 escravos do sexo masculino, talvez responsáveis pelos cuidados com a horta, a limpeza e a alimentação.<sup>29</sup>

A vocação específica da Ordem de São João de Deus era a assistência hospitalar. Os hospitaleiros eram obrigados a professar quatro votos, os três normais da vida religiosa – obediência, pobreza e castidade – e o da hospitalidade. Fortemente associado à caridade, este último voto foi o mais significativo para a forma como a ordem foi identificada entre os fiéis, tendo em vista que os principais beneficiados por ele foram os enfermos pobres. Assim recomendava o manual de enfermagem da ordem ao remeter a este voto “não vos sirva de mortificação as impaciências dos enfermos, nem o tempo que gastares na sua assistência [...]” (SANTIAGO [1741], 2005, p. 17). O modelo de ação caritativa proposto pelo fundador da ordem, São João de Deus, parece ter exercido grande influência sobre Antônio Machado. No Hospital de São João de Deus da vila de Cachoeira, Antônio Machado Velho, ou Frei Antônio de Nossa Senhora de Belém, foi o único designado para desempenhar a função de enfermeiro, exercendo-a até 1770, ano de seu falecimento. Uma certidão, emitida em 1772, informava o registro no livro de assento dos enfermos, entre 1 de janeiro de 1756 e 4 de agosto de 1772, de um total de 782 atendimentos – uma média de 48 atendimentos por ano – e 137 óbitos, num período de dezesseis anos.<sup>30</sup> Presumimos que o número de enfermos assentados seja referente apenas aos que foram internados na instituição, podendo ser maior o número de assistidos, se levarmos em conta os atendimentos que não demandaram internação. Mesmos assim, estes são números muito modestos se comparados aos registrados no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, um total de 8.397 ocorrências – num total de 6.556 homens -, entre 1778 e 1799, um período de 21 anos (SÁ, 1997, p. 235). Entretanto, os números são condizentes com as condições limitadas de funcionamento do hospital que possuía apenas uma enfermaria, com seis leitos, e um enfermeiro, sem a presença de nenhum outro profissional de saúde.

Antônio Machado foi o responsável pelos atendimentos realizados no hospital até 1770. Num ofício, datado de 8 de outubro de 1757, encaminhado a Thomé Joaquim da C.

Corte Real, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, o Vice-rei, Conde dos Arcos, informa que Antônio Machado dividia o cuidado destes enfermos com o trabalho de levantar os recursos para a manutenção do hospital, como pedinte de esmolas na vila e no porto. Juntamente com outro irmão da ordem, “por não poder um só acudir a tirar ao mesmo tempo” ele recolhia, todas as semanas, “a esmola do açúcar, do tabaco, do arroz, farinha e o mais com que os fiéis concorrem”.<sup>31</sup> Antônio Machado Velho desempenhava as tarefas mais árduas do hospital, mantendo-se em contato direto com os doentes, como enfermeiro, e com os mantenedores do hospital, como pedinte de esmolas.

### *Antônio Machado e a pedagogia da caridade cristã*

Resultado de um projeto concebido inicialmente por religiosos regulares, cuja continuidade foi tributária do empenho de um leigo da região – Antônio Machado –, o Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira não parece se enquadrar na perspectiva de análise proposta pela historiografia para outras instituições de caridade fundadas no reino português, como as Santas Casas da Misericórdia, por exemplo. Segundo Laurinda Abreu, os privilégios concedidos pela Coroa portuguesa à Misericórdia de Lisboa, desde o momento da sua fundação, em 1498, estendidos às demais misericórdias na maioria das vezes, ajudaram a “formalizar a condição dos irmãos dirigentes como um corpo social de elite, equiparando-os aos ocupantes de cargos superiores do mando municipal [...]” (ABREU, 2014, p. 84). A caridade refletia as alianças estabelecidas entre elites locais e monarquia que tornaram possível a afirmação de ambos. Para Isabel de Sá, monarquia e elites locais dividiam os interesses nessas instituições e “essa associação de interesse mútuo convoca um parceiro sem voz, o grupo dos pobres, que rei e poder manifestam proteger e ajudar” (SÁ, 1997, p. 60-61). Maria de Fátima Gouvêa salienta o papel agregador que esta instituição detinha, juntamente, com o Senado da Câmara, dos grupos que constituíam a sociedade colonial, e a sua

[...] capacidade de constituir uma espécie de amálgama em condições de agregar comunidades tão díspares no interior de um projeto colonial mais amplo. Status social e caridade eram dois correlatos de uma mesma moeda que agregava segmentos populacionais em condições bastante distintas, criando assim, ao mesmo tempo, elementos que poderiam, pelo menos em tese, alimentar uma possível similitude a ser compartilhada entre os membros dos diversos grupos de poder nas sociedades constitutivas do Império português ao longo do período.

Parte da força dessa instituição pode ser avaliada através da sua sobrevivência após o rompimento dos laços que haviam unido a América Portuguesa a Portugal (GOUVÊA, 1998).

A opção do fundador do Hospital de São João de Deus da vila da Cachoeira pela pobreza e adesão incondicional à vida religiosa afasta a possibilidade de pensar esta instituição enquanto espaço representativo das elites locais, na primeira metade do século XVIII, nos moldes do que representaram as santas casas nas conquistas ultramarinas, a despeito das esmolas e legados a ela destinados por uma parcela desta elite. Também a monarquia pouco ou nenhum interesse manifestou em relação ao hospital ao longo da sua existência, apenas intervindo quando ocorreram conflitos com os governos temporal e espiritual ao quais os hospitaleiros estiveram subordinados na Bahia. Sugerimos que as elites da região se mantiveram como expectadoras das transformações pelas quais Antônio Machado passou – de senhor de engenho a frei hospitaleiro –, colaborando na construção e manutenção do hospital, visando, principalmente a salvação de suas almas através da transformação das doações materiais em benefícios espirituais, tal como propunha a pedagogia da caridade cristã.

O Hospital de São João de Deus da vila de Cachoeira foi, ao longo da primeira metade do século XVIII, o palco da relação estabelecida entre Antônio Machado e seus pobres, contando com o apoio institucional da Ordem de São João de Deus. A liberalidade foi uma virtude recomendada aos ricos nos escritos doutrinários modernos. Segundo Frei Pedro da Cruz Juzarte “na singeleza consiste a liberalidade, repartindo com todos sem vangloria & principalmente com os maes necessitados, as esmolas corporais, & espirituales” (JUZARTE, 1650, p. 228). Para ele o vício da avareza e ambição dos bens do mundo se pode curar “com a virtude contraria da liberalidade, não faltando cada hum aly mesmo, com o necessario pera sustentar a vida corporal, despendendo o restante em esmolas, & obras pias, pera merecer huma boa morte, & por meyo dela a vida eterna” (JUZARTE, 1650, p. 235). Ao pregar na Igreja do Hospital Real de Lisboa, em 1647, o Pe. Antônio Vieira remetia a um aspecto importante da caridade, reafirmando a sua condição de atributo divino, visto que “nenhuã cousa tem o homem tão divina, & tão própria de Deos, como o bem fazer” (VIEIRA, 1690, p. 184). Para o Dr. Francisco Freire de Faria esta é a razão de Cristo aproximar tanto os esmoleres a Deus, e de tal forma seria a semelhança deles a Deus na vida “que a esmola lhe acrescenta, & faz a vida eterna” (FARIA, 1673, p. 146-147). Reforçando a relação entre as esmolas e a salvação da alma,

o Dr. Francisco Freire de Faria afirmava, na obra *Primavera espiritual*, que “da parte de Deos vos digo, que de hum que derdes ao pobre, heis de receber cento nesta vida, & na outra bens eternos”. Ele ainda pedia que

[...] os ricos & abastados do mundo não sejam avaros, não vivam como toupeiras metidos pella terra, & tenham animo generoso [...]. Repartão seus bens, assegurando suas riquezas, & passando as por letra ao Ceo por mãos dos pobres, pera que logrem seus bens eternamente, mandando se de esmola ao pobre [...] (FARIA, 1673, p. 151-152).

A preocupação com a salvação da alma esteve associada à crença no Purgatório e à busca de alívio da alma dos fiéis que pouco cuidaram de dar esmolas em vida e precisavam recorrer aos sufrágios, como forma de abreviar o tempo de purgação (LE GOFF, 1993; ARIÈS, 2014; OLIVEIRA, 1994; REIS, 1991; CAMPOS, 2006). Antônio Machado condicionou uma doação, para o hospital, de quatro moradas de casas de adobe pequenas, feita por ocasião do seu noviciado – período de formação para ingresso na ordem – à “obrigação dos priores mandarem dizer cada anno pelos defuntos as tres missas da noute de Natal”.<sup>32</sup> Uma carta, do Comissário Geral da Ordem de São João de Deus, dirigida ao rei de Portugal, na última década do século XVIII atesta a manutenção desta obrigação dos hospitaleiros. Ao reclamar do descaso com que o administrador leigo do hospital o tratava neste período, ele apelou para o risco da alma do fundador do hospital não estar recebendo os devidos cuidados, insinuando que talvez a alma do Instituidor estivesse “padecendo pela falta dos suffragios q. os Religiosos celebravão por obrigação”.<sup>33</sup>

As doutrinas que relacionavam as esmolas à salvação da alma circularam na América Portuguesa estimulando a prática da esmola, quer seja em favor dos vivos – através da caridade –, ou dos mortos – através da solicitação de sufrágios (ARAÚJO, 1997; RODRIGUES, 2005; REIS, 1991). Frei José de Santa Anna, Prior do Convento do Carmo da Vila da Cachoeira, exaltou – num sermão pregado na igreja do convento, em 1731 –, a virtude da liberalidade, que, segundo ele, teria a mesma importância que tinha o ar para a respiração (ARISPH, 1731, p. 36). Nem sempre a população da vila e arredores exercitou a virtude da liberalidade nas suas esmolas para o hospital. A Ordem Terceira do Carmo da vila de Cachoeira – que não mantinha nenhum tipo de assistência destinada aos pobres – foi a destinatária da maior parte dos legados testamentários das elites locais,



investidos na construção de uma das mais belas igrejas, dentre as construídas na América Portuguesa no século XVIII. O prestígio e popularidade das ordens terceiras foi um fenômeno comum em várias partes deste território, acentuando-se na segunda metade do século XVIII (ARAÚJO, 2009, p. 55). Em Cachoeira, Antônio Machado distinguiu-se no conjunto de sua comunidade ao levar ao extremo a doutrina da caridade, aderindo à vida religiosa e à prática cotidiana da caridade para os pobres.

Alguns anos após a morte de Antônio Machado, ocorrida em 17 de janeiro de 1770, aos 86 anos, a coroa portuguesa determinou o afastamento dos hospitaleiros da administração do hospital, devido a denúncias feitas pelo arcebispo da Bahia, relativas ao descaso e má conduta do prior do hospital. Apesar do trabalho realizado em Cachoeira pela Ordem de São João de Deus, acreditamos que grande parte do mérito por este trabalho deve ser atribuído a Antônio Machado, que nele exerceu as funções principais, e buscou não apenas levantar os recursos que lhe possibilitassem existir, mas também perpetuar-se. Sugerimos que o Hospital de São João de Deus da Cachoeira foi o resultado concreto de um projeto pessoal deste sujeito, efeito de uma pedagogia da caridade que se difundiu no recôncavo baiano. Ao esforço pessoal de Antônio Machado somou-se o de outros leigos que doaram para o hospital e o mantiveram, estimulados por uma teologia que definia a caridade como caminho para acelerar a entrada da alma no paraíso eterno, livrando-a mais rapidamente do Purgatório.

## Referências

ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2009.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ARISPH, Paulo Jose de Nojosa. *Thesouro Eucarístico. Sermao Doutrinal. Ao Popular da Notavel Vila da Cachoeira nas demonstrações publicas de sentimento, que fez o Convento do Carmo da mesma Villa pelo sacrilego roubo e execrando desacato feito ao reverendo culto do venerado Sacratio da Cathedral da Bahia, no dia de 22 de Fevereiro*

*proximo passado, pregado pelo Reverendo Padre Fr. Jose de Santa Anna*. Lisboa Occidental, na Officina de Manoel Fernandes da Costa, 1731.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de (org.). *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Monumentos e sítios do recôncavo. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria da indústria e comércio, 1982, parte II. v. VIII.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BULCÃO SOBRINHO, Antônio de A. de A. *Famílias baianas*. Salvador, BA: Imprensa Oficial, 1945. v. 1.

CALDERÓN, Valentin. *O Convento e a Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira*. Salvador: Oficina da Gráfica Universitária da Universidade Federal da Bahia, 1976.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. As almas santas na arte colonial mineira e o purgatório de Dante. CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO ÍBERO-AMERICANO, IV, 2006, Ouro Preto, MG. *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano*. Ouro Preto, 2006.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Ed. Loyola; Paulinas, 2007.

FARIA, Francisco Freire de. *Primavera espiritual e considerações necessárias para bem viver*. Lisboa: Off. de Joam da Costa, 1673.

FERNANDES, H. L. A. *Mapeamento Arqueológico: Recôncavo Baiano*. Cachoeira: Bahia Arqueológica, 2010.

FONTES, João Inglês. O patrimônio documental e bibliográfico da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, em Portugal. In: *75 anos da Restauração da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus*. Lisboa: Alcalá, 2006, p. 73-102.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa – O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200013>. Acesso em: 25 ago. 2015.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*. Impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa

por ordem do Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiniano Gomes Ribeiro, 1858. v. II.

JUZARTE, Frei Pedro da Cruz. *Instrução geral para o caminho da perfeição*. Matéria necessária para mestres espirituas e gente pia. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1650.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

LOPES, Maria Antónia. A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750 a 1820. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 29, p. 131-176, 2008. Disponível em:

<https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/25024/1/Lopes.M.A.A%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Coroa>. Acesso em: 8 set. 2016.

MILTON, Aristides. *Ephemerides cachoeiranas*. Coleção Cachoeira. Salvador: UFBA, 1979. v. 1.

OLIVEIRA, Maria Gabriela. Devoção às almas do purgatório e dinamização da vida espiritual dos fiéis. *Revista Eborensia*, Évora, p.111-135, 1994.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Assistência Moderna e Contemporânea. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores S.A, 2000, p. 140-149. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SANTANA, Tânia Maria Pinto de Santana. *Charitas et misericórdia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII*. 2016. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTANA, Francisco. A Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira – sua arquitetura. SANTANA, Ângela (org.). *Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira: saúde, história e cultura*. Salvador: Vento Leste, 2012.

SANTIAGO, Frei Diogo de. *Postilla Religiosa, e Arte dos enfermeiros*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1741. Ed. fac-símile em parceria com a Ordem Hospitaleira de São João de Deus, Lisboa: Alcalá, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*, anotador Brás do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937. v. V.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidade africana na Bahia setecentista*. 2005. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

VIEIRA, Padre Antônio Padre. Sermam das obras de misericórdia. A Irmandade do mesmo nome. Na Igreja do Hospital Real de Lisboa, em dias de todos os Santos, com o Santíssimo exposto, anno 1647. In: VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões do Padre Antônio Vieira, Visitador da Província do Brasil, Pregador de Sua Magestade*. Sexta Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1690.

VILLELA, Clarisse Martins. *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. II.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de pesquisa vinculada ao meu doutorado em História. A pesquisa foi parcialmente financiada por bolsa PDSE/CAPEs.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, doc. 8749.

<sup>3</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 16, doc. 2917.

<sup>4</sup> O *Decreto sobre a justificação*, visando a salvação da alma, foi elaborado a partir de discussões iniciadas em junho de 1546, e apresentadas na sexta sessão do concílio. Ele condena as doutrinas de Lutero sobre a justificação e sobre a cooperação do homem com a graça e os conceitos de Calvino sobre a predestinação, assim como os erros de Joviniano e Pelágio que negaram a necessidade da graça para obter e conservar a justificação. A íntegra do decreto encontra-se transcrita em (DENZINGER, 2007, p. 400-415).

<sup>5</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, doc. 5457.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, doc. 5457.

<sup>7</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457. Este ofício transmite as informações solicitadas através de uma carta, da parte do rei, a ele encaminhada em 17 de abril, referentes ao tempo em que se fundou o convento e o hospital da vila de Cachoeira.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457. A Casa de Jerusalém referida no documento trata-se provavelmente do vice-comissariado da Terra Santa – vinculado ao Comissariado Geral de Portugal, com sede em Lisboa – fundado por franciscanos em Salvador. Segundo Clarisse Villela o Hospício de Jerusalém foi fundado na cidade em 1724, mas, já em 1683, se registra a presença do conselheiro de Jerusalém, Frei Raimundo das Angústias, solicitando licença para arrecadar esmolas para os Lugares Santos, assim como a presença posterior de Frei Francisco da Conceição, desenvolvendo este trabalho e empenhado na construção do hospício. Estas instituições foram responsáveis pelos recolhimentos de esmolas destinadas as causas e interesses da Terra Santa. Ver: (VILLELA, 2015, p. 71-72).

<sup>10</sup> O senhor Baltazar da Costa Bulcão falecido em 13/08/1718, pediu em seu testamento: que fossem celebrados por sua alma um ofício de corpo presente, além das missas por sua alma mais 600 missas e meia

---

capela a N. Sra. do Monte, meia a mesma Senhora do Rosário, meia a S. Miguel, meia a S. Antônio, meia a S. Luzia, uma capela a S. José, 5 capelas pelas almas do Purgatório, uma capela em altares privilegiados por sua alma, 500 missas pelas almas de seu pai e de sua mãe e 50 pelas almas de seus escravos e 100 pela sua tenção. Deixou a N. Sra. do Monte, orago da matriz, 200 mil réis na mão de Afonso de Barros Lobo e cento e tanto mil réis na mão do Coronel Egas Moniz e também deixou a irmandade das Almas da matriz 500 mil réis na mão do Capitão Alvaro Vaz, a juros para dos ditos juros deles fazer todos os anos um ofício. Resumo de documento da Câmara Eclesiástica da Bahia, certidão emitida em 29/07/1943 (informações do testamento de Baltazar da Costa Bulcão que constam em seu registro de óbito) (Apud BULCÃO SOBRINHO, 1940, p. 7).

<sup>11</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia, Judiciário, Livro de notas (Salvador), v. 70, fl. 282. Talvez se trate do Engenho da Guaíba, localizado à margem da baía do Iguape – entre o Engenho da Ponta e o Engenho Embiara –, cujos vestígios arqueológicos estão identificados em (FERNANDES, 2010, p. 32)

<sup>12</sup> Um monumento, talvez datado do século XX, erguido no pátio interno do hospital traz o registro destas datas numa alusão ao trabalho do seu fundador. Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>13</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>14</sup> Segundo Francisco Santana do conjunto arquitetônico ainda preservado (atual Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira) apenas a igreja foi construída no século XVIII, tendo as obras iniciadas ainda na primeira metade deste século. O prédio atual do hospital data do século XIX. Todo o conjunto foi tombado como monumento nacional pelo governo federal em 1971. Ver: (SANTANA, 2012, p. 23-26; AZEVEDO, 1982, p. 69-70).

<sup>15</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 53, doc. 10.064.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 56, doc. 10823.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 16, doc. 2917.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5460.

<sup>19</sup> Equivalente a 4:000\$000 réis.

<sup>20</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5460.

<sup>21</sup> Equivalente a 5:600\$000 réis.

<sup>22</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5460.

<sup>23</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>24</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5459 (anexo ao doc. 5457).

<sup>25</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5459 (anexo ao doc. 5457).

<sup>26</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>27</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 16, doc. 2917.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457; Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 53, 10.064.

<sup>30</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, CU, Brasil Geral, Caixa 23, documento anexo ao doc. 1984.

<sup>31</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 16, doc. 2917.

<sup>32</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 29, doc. 5457.

<sup>33</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de manuscritos, doc. II, 33, 32, 32, n. 2.